

O outro lado do conflito

Publicação: [O Mundo em Português Nº 64](#)

Data de Publicação: Maio/Junho 2007

Autor: Ana Elisa Cascão

Em 2004, a comunidade internacional tomou conhecimento de um grave conflito a decorrer em território sudanês, desta vez em Darfur, uma região, até então, quase desconhecida, situada na parte ocidental do país e fora do eixo do Rio Nilo, ou seja, uma região não «pertencente» ao mais conhecido conflito civil no Sudão, entre o Norte e o Sul (alguns autores consideram-na mesmo o «terceiro» Sudão) – se bem que ambos os conflitos estejam intimamente ligados à evolução da política interna sudanesa. Apesar do conflito em Darfur ter começado em Fevereiro de 2003, a situação foi quase ignorada até ao início de 2004, altura em que se intensificou de forma alarmante e os media internacionais começaram a ecoar as atrocidades vividas pelas populações da região. A comunidade internacional e os seus diversos actores foram progressivamente prestando mais atenção ao conflito na região de Darfur – em 2006, a situação saltou para as primeiras páginas dos jornais, tornando-se na «maior crise humanitária» do momento.

Ao contrário do que foi sendo difundido através dos media internacional, o conflito no Darfur não se explica simplisticamente pela dicotomia árabes/africanos; pelo contrário, o conflito é multi-dimensional. Tem por base não só uma forte politização étnica (não religiosa, pois todos são muçulmanos), mas também conflitos permanentes pelo controlo de recursos (nomeadamente terra arável e recursos hídricos; mais recentemente fala-se na existência de petróleo e urânio na região), tensões históricas entre populações nómadas e sedentárias, com diferentes modos de produção e direitos de propriedade de terra, marginalização económica da região do Darfur e consequente empobrecimento das suas populações, falta de eficácia dos mecanismos tradicionais de resolução de conflitos e, ainda, a propagação de armas na região. Outros elementos políticos vieram contribuir para a agudização do conflito, nomeadamente a reacção militar desproporcionada do governo, a proliferação de milícias armadas e a sua total impunidade, a falta de vontade política para encontrar uma solução para a disputa, o incumprimento dos acordos assinados e, finalmente, a ligação entre os Acordos de Paz de Naivasha e os acordos de pacificação para o Darfur.

Numa primeira fase, anterior a 2004, aparentemente os actores internacionais desconheciam a região do Darfur e os conflitos que já há algum tempo assolavam esta extensa região. Numa segunda fase, os vários sinais de que um conflito sério se estava a desenvolver foram ignorados e a gravidade da situação não foi publicamente reconhecida. Numa terceira fase, quando o conflito se tornou óbvio e assumiu maiores proporções, os vários factores (históricos, identitários, recursos naturais, etc.) e actores (nomeadamente os vizinhos Chade e Líbia) foram desvalorizados, em favor de uma visão simplista que propalava o conflito como étnico, opondo populações árabes e africanas. Aliás, esta visão continua a ser a narrativa dominante e deixa pouco espaço para uma análise mais abrangente da situação.

Numa fase posterior, no final de 2004, as posições da comunidade internacional relativamente à situação em Darfur tomaram laivos de cinismo político. Em Naivasha, no Quênia, o governo sudanês e os rebeldes do Sul preparavam-se para assinar um acordo de paz considerado histórico, que viria a pôr fim à guerra civil que durava há 20 anos. O interesse da comunidade internacional (político e económico) na assinatura deste acordo de paz é bem conhecido – abriria portas para a exploração do tão-desejado petróleo sudanês e para outros grandes investimentos num país com enormes potencialidades. Por esta altura, vários Estados e personalidades internacionais congratularam publicamente o governo sudanês pelos seus esforços «verdadeiros» na procura da paz para o país. Não parecia, assim, interessava criticar fortemente o governo sudanês pelas suas ofensivas na outra região do país, o Darfur. Este silêncio táctico terá provavelmente condenado a região de Darfur a mais uns anos de conflito – sem solução de compromisso à vista. Assim se perdeu a oportunidade de incluir o Darfur nos acordos gerais de paz, que era, aliás, uma das reivindicações dos poderes políticos da região. A marginalização da região tornou-se um facto institucionalizado.

O governo sudanês usou as suas armas diplomáticas, evitando a ligação entre os dois conflitos – Sul e Darfur. De forma a impedir o envolvimento e a pressão directa da comunidade internacional, o Governo utilizou uma estratégia de divisão nos processos de mediação dos conflitos, não permitindo que fossem geridos pelas mesmas organizações – a IGAD, no caso da guerra civil, e a União Africana, no caso do conflito de Darfur. Ainda que os objectivos de ambos os mediadores fossem complementares, a coordenação foi pouca ou nenhuma. Por outro lado, o governo sudanês sempre foi muito claro sobre a intervenção externa, para além da africana – o Sudão não abrirá mãos da sua soberania para as potências mundiais, que são, aliás, apelidadas de imperialistas. Até há pouco tempo, o governo sudanês excluiu também a hipótese de aceitar uma força de capacetes azuis das Nações Unidas na região do Darfur. Ao aceitar

recentemente que haja uma força conjunta, da União Africana e das Nações Unidas, o governo sudanês parece estar a lançar a sua campanha de charme face a uma comunidade internacional mais crítica.

A assinatura do acordo de paz Norte-Sul parece ter representado um ponto de inflexão relativamente às atenções dadas ao conflito no Darfur por parte da comunidade internacional. Desde então o conflito, ganhou espaço nos media internacionais, várias organizações não-governamentais desenvolveram campanhas intensas de alerta e acção humanitária no terreno, organizações internacionais falam do direito (e dever) de ingerência de forma a proteger as populações do Darfur. O conflito foi considerado uma das maiores «tragédias humanitárias» mundiais desde o conflito no Ruanda, em 1994, e muitos consideram tratar-se de uma acção premeditada de genocídio, levado a cabo pelas autoridades sudanesas. Um dos argumentos do governo sudanês é de se está claramente perante um caso de «dois pesos, duas medidas» e que o conflito no Darfur não é diferente, ou mais grave, do que outros nos países vizinhos – Chade, Uganda ou Congo – que são ignorados pela mesma comunidade internacional. As autoridades sudanesas falam de complot e dos interesses de «alguns» em deslegitimar o governo de Cartum e contribuir para a desfragmentação do Estado.

De facto, são vários os sinais que o conflito no Darfur deixou de ser interno para assumir proporções internacionais – e um dos factores apresentados é a alegada existência de vários recursos naturais preciosos na região, nomeadamente petróleo, urânio e ouro. Estudos de prospecção estão ainda a ser levados a cabo por vários consultores internacionais, mas os relatórios públicos são poucos conclusivos. De qualquer forma, a «caça ao tesouro» no Darfur vem na continuação da «caça ao tesouro» noutras regiões do Sudão. Os interesses económicos e corporativos são enormes. A China, o grande parceiro económico do Sudão, é o maior explorador de petróleo no país e um dos maiores investidores no sector de infra-estruturas. Mas outros governos e corporações querem entrar no negócio, nomeadamente árabes, israelitas, americanos, franceses, ingleses e outros europeus. Resta saber o que pesa mais – o investimento ou os direitos humanos.

A China já fez saber que não impõe condicionalidades aos países africanos com quem desenvolve parcerias comerciais – negócios negócios, assuntos internos à parte! O recente périplo do Presidente chinês ao Sudão e outros países africanos veio cimentar esta posição. Os países ocidentais parecem optar por uma posição de Janus, com duas faces – oficialmente, recusam-se a estabelecer relações políticas e económicas com um regime que desvaloriza os direitos humanos; por outro lado, há um batalhão de

empresas ligadas ao sector do petróleo e outros minérios estratégicos que estão prontos a investir fortemente no terreno, seja ele o Sul ou o Darfur, com ou sem conflito.